

representa.coop



# INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[ semanal ]

IRP Nº 17 – ano 2025  
21 a 25 de abril de 2025



## Sumário

- **Calendário de Audiências do Comitê Gestor no Senado**
- **Acordos bilaterais entre Brasil e Chile trás benefícios para a pecuária paranaense;**

# CALENDÁRIO DE DISCUSSÕES DO COMITÊ GESTOR

O Senado Federal definiu um calendário para a discussão do PLP 108/2024 cria um comitê gestor para coordenar a arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a distribuição dos respectivos valores entre estados e municípios. O calendário foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e as audiências ocorrerão durante todo o mês de maio. O IBS irá unificar o ICMS, que é um imposto estadual, e o ISS, que é um imposto municipal. Serão quatro audiências com o objetivo de dar embasamento às discussões e deliberações a serem feitas pelos senadores ao tema. As audiências contarão com especialistas, membros do governo e representantes da sociedade civil organizada.

Tema	Data
<b>Comitê Gestor</b> O primeiro debate abordará as competências, a estrutura organizacional, o orçamento e os mecanismos de controle externo do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS).	06/05/2025
<b>Conflitos tributários</b> Nesse debate, serão abordadas as infrações, as penalidades e as multas relativos ao IBS, assim como as regras sobre o processo administrativo tributário desse imposto.	13/05/2025
<b>Tributos estaduais</b> Essa audiência discutirá a transição do ICMS para o IBS até 2033, além das normas gerais do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), que é um tributo estadual. O ITCMD é devido quando há doações e heranças, e a porcentagem a ser paga varia de acordo com a legislação de cada estado.	20/05/2025
<b>Tributos Municipais</b> A última audiência vai abordar os dispositivos do projeto que alteram normas sobre o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip).	27/05/2025

# A IMPORTÂNCIA DO DEBATE SOBRE O COMITÊ GESTOR IBS

O debate sobre o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que se **desdobrará nas audiências públicas do Senado, é de extrema importância para o cooperativismo brasileiro**, pois afetará diretamente a estrutura tributária do PAÍS. O comitê, responsável por definir as regras de arrecadação, **repass e fiscalização do novo imposto**, terá um impacto significativo sobre a forma como diversos setores lidam com a tributação, especialmente em relação a alíquotas e créditos presumidos.

A governança do **Comitê Gestor, com representantes de diferentes níveis de governo, como prefeitos, governadores e secretários da Fazenda**, cria uma nova instituição que exigirá uma articulação cuidadosa para garantir voz nas discussões de alíquotas e transição. As audiências do Senado, **apresentarão de forma mais detalhada, como as mudanças no sistema tributário afetam as operações de créditos tributários acumulados e a competitividade do setor.**

Além disso, os **debates sobre os conflitos tributários, como infrações, penalidades e o processo administrativo do IBS, são fundamentais para garantir que o sistema de julgamento seja justo e equitativo.** A discussão sobre a transição do ICMS para o IBS e as normas relacionadas a tributos municipais, como o ITBI e a Cosip, será decisiva para evitar que as cooperativas sejam prejudicadas por custos inesperados, como a elevação da carga tributária sobre bens imóveis e serviços essenciais.

O debate sobre a transição do ICMS para o IBS e a estrutura do Comitê Gestor é **fundamental para o futuro do sistema tributário brasileiro.** O modo como essas questões serão definidas impactará diretamente a eficiência, a equidade e a simplificação do novo modelo de arrecadação. Este debate é essencial para garantir que a reforma tributária seja justa e atenda às necessidades de todos os setores da economia, promovendo um sistema mais equilibrado para o país.

CCJ DO SENADO:



Fonte: Agência do Senado.

# COMITIVA DO CHILE VISITA O BRASIL PARA ASSINATURA DE ACORDOS

A visita oficial do presidente chileno Gabriel Boric ao Brasil, entre 22 e 23 de abril, teve como objetivo de fortalecer a relação bilateral entre os dois países. Durante reunião oficial com o governo brasileiro, foram assinados 13 acordos e memorandos que abrangem a diversas áreas, dentre elas: Justiça, segurança pública, defesa, ciência e tecnologia, cultura, pesca, agricultura, pecuária e inteligência artificial.

Um dos pontos centrais da visita foi o avanço da **Rota Bioceânica de Capricórnio**, um projeto de infraestrutura que conecta os portos brasileiros nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina aos portos chilenos de Iquique, Mejillones e Antofagasta. A conclusão dessa rota até 2026 é vista como um passo crucial para o fortalecimento do comércio e da integração regional, facilitando o transporte de mercadorias e impulsionando a economia de ambos os países.

A visita de autoridades e empresários chilenos ao Brasil reflete o compromisso de uma nova era de parcerias estratégicas e integração regional. O Brasil se destaca por concentrar o maior estoque de investimentos externos chilenos no mundo, com empresas chilenas atuando em setores como papel e celulose, varejo e energia. Em contrapartida, o Brasil investe no Chile em áreas como energia, serviços financeiros, alimentos, mineração, siderurgia e fármacos.

Em um contexto global incerto, a colaboração entre Brasil e Chile, simbolizada pelos acordos firmados, se torna um pilar importante para garantir crescimento econômico e estabilidade na região.



# QUAIS AS VANTAGENS DESSES ACORDOS?

Como destacamos, **o Brasil se destaca por concentrar o maior estoque de investimentos externos chilenos no mundo**, assim como o setor privado brasileiro investe em setores estratégicos do desenvolvimento chileno.

No primeiro trimestre de 2025, **o intercâmbio comercial entre os dois países atingiu cerca de US\$ 2,7 bilhões, com o Brasil exportando US\$ 1,56 bilhão e importando US\$ 1,21 bilhão, resultando em um superávit de US\$ 350 milhões**. Os principais produtos exportados pelo Brasil ao Chile incluem óleos brutos de petróleo, carnes, automóveis e tratores, enquanto os produtos importados incluem derivados de cobre, salmão e vinhos. **Esses números demonstram a robustez da balança comercial entre os dois países e o potencial de crescimento contínuo dessa parceria.**

Um dos **principais pontos dos acordos comerciais, foi o anúncio do Ministro da Agricultura Chileno Esteban Valenzuela, que reconheceu o Paraná como zona livre de febre aftosa e portanto, autoriza o país a importar carnes do estado**. O ministro também ressaltou que a decisão faz parte dos esforços para reforçar as relações comerciais entre os dois países fortalecendo o comércio de produtos agropecuários.

O principal anúncio é a volta da exportação de carne suína do estado. **O Paraná é o segundo maior produtor de suínos do Brasil com 12,4 milhões de porcos abatidos em 2024 ou 21,5% do abate nacional**. No ano passado o Estado liderou o crescimento nacional da produção. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **o Estado produziu 281,4 mil cabeças de suínos a mais em 2024 em relação a 2023**. Em 2024, o Estado foi o terceiro maior exportador de carne suína do Brasil, com 185,5 mil toneladas, atrás de Santa Catarina com 730,7 mil toneladas e Rio Grande do Sul com 289,9 mil toneladas.





Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link <https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua sugestão e/ou opinião.

